Sérgio Guerra prova sua inocência à CPI

BRASÍLIA — Parlamentares de todos os partidos saíram ontem, senão convencidos da inocência do deputado Sérgio Guerra (PSB-PE), pelo menos com muitas dúvidas sobre a sua participação no esquema de corrupção no Orçamento. Pela primeira vez, um depoente da CPI da máfia do Orçamento admitiu que existia um esquema de corrupção na Comissão Mista de Orçamento, embora não tivesse revelado nomes. Os membros da CPI foram surpreendidos com a boa vontade de Guerra, que respondeu a todas as perguntas com firmeza, jogando por terra os indícios que poderiam ligá-lo ao esquema de propina das empreiteiras. No final do depoimento, o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) mostrou-se satisfeito com as explicações dadas e dispensou a inquirição final.

Ao final de cinco horas, a única dúvida que ficou foi em relação a um fax apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que poderia provar a interferência de Sérgio Guerra na modificação do Orçamento de 1991, um mês depois de sua aprovação pelo Congresso Nacional. Guerra, que foi relator parcial do DNER para o Orçamento, argumentou que o fax mostrava um bilhete pedindo correções de erros de redação, que o documento era antigo e não corres-

pondia à data em que fora transmitido o fax.

Pela clareza das informações prestadas sobre as tradicionais práticas que marcam a elaboração do Orçamento, Sérgio Guerra recebeu elogios dos parlamentares, entre eles o próprio relator Roberto Magalhães e do presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA).

— Ele recebeu grandes elogios dos que o inquiriram. Só foi convocado a depor porque foi citado pelo economista José Carlos Santos e acusado de ter alterado o Orçamento depois de sua aprovação — avaliou Passarinho.

Essas modificações de texto, especialmente as que se referem a Pernambuco, já foram solicitadas antes. Peço-lhe atenção especial para elas. Obrigado pela ajuda”, diz o bilhete encaminhado a José Carlos dos Santos, sem data. As modificações referiam-se a alteração de emendas aprovadas para “restauração” de algumas estradas, para que passassem para “construção”.

— Era para correção de erro. Havia aprovado as emendas para restauração, mas na verdade as emendas de origem eram para a construção das rodovias. Os códigos saíram trocados — justificou Guerra, afirmando que o bilhete era anterior ao fechamento do relatório final, por Ricardo Fiúza (PFL-PE).